

## “O SR. HOLANDA CAVALCANTI”: A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA NAS ELEIÇÕES REGENCIAIS

*Luís Fernando Araújo Farias\**  
*Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (Orientador)\*\**

### **Resumo:**

O período Regencial sempre fora visto pela historiografia mais tradicional como um momento de muitas perturbações à ordem e divergências políticas em excesso, que provocaram os levantes populares. Marcello Basile (2009), em uma abordagem mais contemporânea, acredita que essa foi uma época de participação mais incisiva das classes políticas, com experimentos semelhantes ao que se iria obter na formação da República ao final do século XIX. Antonio de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, também conhecido como Visconde de Albuquerque ou Hollanda Cavalcanti, concorreu à liderança da Regência em duas eleições seguidas, obtendo um percentual de votos considerável, com derrotas em contextos diferentes para Araújo Lima e Diogo Feijó. Seus números foram bem expressivos e, além de apontar a capacidade de manutenção no poder da família Cavalcanti, sempre se adaptando aos grupos oposicionistas, característica muito importante e pessoal de Hollanda. Sua capacidade de discursar com frequência, no Senado e na Câmara dos Deputados, seus posicionamentos e sua boa articulação são pontos importantes para serem analisados nos periódicos, que registram de maneira direta ou indireta essa figura política pernambucana. Apesar dos partidos políticos ainda não operarem aos moldes do Segundo Reinado, e o processo eleitoral funcionar dentro de uma estrutura fraudulenta, as eleições ganham novas dimensões de disputa, os discursos no parlamento aliados às aparições nos periódicos poderiam influenciar resultados e provocar tensões entre grupos políticos. Tomando por base as articulações estabelecidas por Hollanda Cavalcanti, este artigo possui como objetivo traçar caminhos retóricos percorridos pelo candidato dentro das dinâmicas eleitorais.

**Palavras-chave:** Articulação política. Posicionamento. Visconde de Albuquerque. Discurso. Eleições.

Os testemunhos históricos fornecem algumas pistas acerca do objeto de estudo do historiador<sup>1</sup>. Levando em consideração uma temática ainda pouco explorada por parte da historiografia. A construção da imprensa durante o século XIX enquanto uma instância de poder e de debates, ainda gera muitas controvérsias dentro dos estudos acerca da formação desse elemento midiático. A principal dificuldade é identificar algumas das repercussões das falas políticas

---

\* Graduando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

\*\* Professor Titular de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). *Ph.D* em História pela *University of Illinois at Urbana-Champaign* (1989), Mestre em História pela UFPE (1986), *Master of Arts* em História pela *University of Illinois* (1985) e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife/UFPE (1980), com Pós-Doutorado na *École de Hautes Études en Sciences Sociales*.

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 77.

realizadas nos jornais e como o corpo editorial tomava suas principais decisões em períodos eleitorais. Considerando o nosso recorte histórico, as eleições regenciais apontam no século XIX, um processo inicial de maior envolvimento tanto da população como também dos principais meios de comunicação dos candidatos, encaixando-se com o papel de porta-voz<sup>2</sup>. Este estudo possui como objetivo apontar algumas das principais motivações discursivas por parte da imprensa, dentro das duas grandes eleições para regente, com destaque para o segundo candidato mais votado em ambas as eleições, Holanda Cavalcanti.

Não devemos cair em controvérsias acerca das dinâmicas próprias do século XIX. Isso significa levar em consideração algumas das condições de funcionamento dessas eleições. É evidente que as práticas clientelísticas, além de várias atitudes fraudulentas, faziam parte do jogo político, e isso, de certa forma, já abria espaço para a noção dos possíveis resultados eleitorais<sup>3</sup>.

Outro ponto de análise é compreender a ampliação em se estudar os jornais da época. Eles estavam inseridos dentro de um contexto e pertenceram a uma realidade social que não abrange simplesmente estudar apenas o que foi escrito e publicado no nosso principal objeto de pesquisa. A partir do momento que propomos e delimitamos o nosso recorte, precisamos levantar todo um histórico do processo de formação dessa consciência política e do nosso personagem histórico, além de inserir essas discussões no contexto geral das relações políticas brasileiras.

De um ponto de vista teórico, o estudo acerca da atuação da imprensa necessita se relacionar com o contexto político e social como um todo<sup>4</sup>. Mesmo que os periódicos não refletissem necessariamente esses objetivos prévios, é possível correlacionar as atividades realizadas com as tendências seguidas pela imprensa no período. É evidente que um estudo aprofundado sobre a atuação da imprensa requer uma análise muito mais ampla, entretanto, contextualizar as eleições regenciais com os periódicos ajuda a compreender, em parte, alguns dos discursos levantados no período, da manutenção de algumas redes de poder, além de práticas cotidianas que atendem a contextos específicos e podem, ou não, inter-relacionar-se dentro desse processo de análise. A partir dessas delimitações, foi possível levantar hipóteses sobre os campos de atuação de alguns dos grupos que se formaram no período, porém, é necessário antes fazer uma retomada histórica a respeito da atuação de Pernambuco e, mais especificamente, dos Cavalcantis nesse período.

---

<sup>2</sup> BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 56.

<sup>3</sup> GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 104.

<sup>4</sup> HERSCHMANN, Micael; GOULART, Ana Paula. **História da comunicação no Brasil: um campo em construção**. p. 19.

Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti, muito conhecido ao longo da sua vida política como simplesmente Hollanda Cavalcanti ou Visconde de Albuquerque, foi candidato à Regência em 1835 e 1837, atingindo um coeficiente de votos bastante significativo em ambas as eleições. Enquanto na primeira candidatura enfrentou um cenário muito mais polarizado, com disputas muito intensas na câmara e nos ministérios da Regência<sup>5</sup>. Na segunda disputa, algumas das suas alianças foram enfraquecidas, o regresso entrou no cenário político e se consolidou no período<sup>6</sup>. Mesmo sendo derrotado seguidamente, Hollanda Cavalcanti se elegeu como senador em Pernambuco, sendo escolhido pelo regente Araújo Lima. E, junto com os seus irmãos Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Camaragibe) e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde Suassuna), tornaram-se o único caso na história do Império com três senadores irmãos escolhidos, dominando a província de Pernambuco até a ascensão do Quinquênio liberal (1841-1844), com a derrota eleitoral para o partido da praia<sup>7</sup>.

Nesse período da Regência, em que em conjunto com os seus primos (os Rego Barros), os Cavalcanti se sobressaíram dentro da província de Pernambuco. Essa ascensão “parentesca” ocorreu desde meados da formação familiar ao longo do século XIX e atingiu seu auge durante o período regencial<sup>8</sup>, que fizeram os Cavalcanti ganhar alguns versos bem marcantes pelo partido praieiro: “Quem viver em Pernambuco / Deve estar desenganado / Que ou há de ser Cavalcanti, / Ou há de ser cavalgado”<sup>9</sup>. Esse domínio político é expressado dentro de algumas situações, seja na presença marcante na câmara e no senado, como também na articulação das províncias do Norte com os outros grupos parlamentares. Além da presença em ambas as facções políticas, tanto liberais moderados quanto caramurus e, posteriormente, no grupo regressista e progressista. De acordo com Marcus Carvalho (2009), ao longo de sete legislaturas, Francisco de Paula Cavalcanti (Visconde de Suassuna) esteve na presidência da província, seja como vice ou como efetivo, demonstrando a presença constante do clã Cavalcanti no domínio da política provincial<sup>10</sup>.

O caso dessa família é necessariamente particular, mas expressa uma tendência muito comum efetivada com o objetivo de aumentar sua zona de influência, conforme José Murilo de Carvalho (2017). A entrada na política foi a chave de virada para muitos clãs familiares ao longo do

<sup>5</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O império em construção**: Primeiro Reinado e Regência. São Paulo: Atual, 2000, p. 95.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>7</sup> CARVALHO, Marcus J. M. Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**: Volume II (1831 – 1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 163.

<sup>8</sup> CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011, p. 141.

<sup>9</sup> QUINTAS, Amaro. O sentido social da Revolução Praieira. In: **Amaro Quintas**: o historiador da liberdade. Recife: CEPE, 2011, p. 205.

<sup>10</sup> CARVALHO, Marcus J. M. Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**: Volume II (1831 – 1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 132.

século XIX<sup>11</sup>. Levando em consideração os escritos de Paulo Henrique Fontes Cadena (2011), no início do século, a Conspiração dos Suassunas (1801) já indicara duas tendências muito marcantes dentro do contexto pernambucano e dentro da própria família. O início da ascensão de alguns ideais liberais aparece em partes do Império, sob a influência da Revolução Francesa. Esse processo de construção de grupos favoráveis ao liberalismo culmina na construção dos conceitos políticos travados pela devassa de 1817.<sup>12</sup>

Os Cavalcanti ao longo da sua trajetória eram proprietários de engenhos de cana-de-açúcar, participando também de redes do tráfico atlântico de escravos. Não eram os proprietários de maior poder aquisitivo em relação ao todo, mas possuíam uma renda considerável para o período, considerando os valores levantados por Paulo Cadena (2011) no processo de leilão das propriedades do Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Coronel Suassuna), o pai de Hollanda Cavalcanti e de Francisco de Paula Cavalcanti. Ou seja, não estavam no início do século XIX nos principais patamares políticos. Diferentemente do que fora retratado por Joaquim Nabuco em "Um Estadista do Império":

O senhor Cavalcanti, atual Barão de Suaçuna [sic], descende de antiga e poderosa família. Suas maneiras afáveis e seu caráter ilibado granjearam-lhe estima e posição de destaque entre os seus conterrâneos. Não obstante, jamais ter saído do Brasil, tinha ideais liberais com relação aos países estrangeiros, especialmente quanto ao governo e às instituições norte-americanas.<sup>13</sup>

Em conjunto com outros grupos, alguns dos familiares participaram da Revolução de 1817, tornando-se combatentes que sofreram algumas retaliações mais leves, se comparado a outras figuras como Gervásio Pires.<sup>14</sup> Após a derrota na Revolução, a eventual prisão do Coronel Suassuna (Francisco de Paula Cavalcanti) e de um dos seus filhos, o Manoel Cavalcanti, ocorreu na fortaleza da Bahia, perdendo algumas das propriedades e angariando dívidas<sup>15</sup>.

A morte do coronel Suassuna posteriormente rendeu aos seus filhos e netos algumas dívidas herdadas desse período e uma herança que para valores da época, não se encaixavam em uma quantia tão grande<sup>16</sup>. Essa eventual derrota em 1817, conforme Marcus Carvalho (2009) aponta, mudou a perspectiva do grupo Cavalcanti em relação ao caminho político que deveria ser seguido, se antes

<sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 41.

<sup>12</sup> CARVALHO, Marcus J. M. Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *In*: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, v. 18, n° 36, p. 2, 1998.

<sup>13</sup> NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 62.

<sup>14</sup> CARVALHO, Marcus J. M. Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *In*: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, v. 18, n° 36, p. 5, 1998.

<sup>15</sup> CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011, p. 80.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 83.

com tendências liberais e contra algumas políticas da corte, em 1824 (na Confederação do Equador), a postura adotada já se situava de maneira diferente, eles atuaram junto à corte do Rio de Janeiro, combatendo os rebeldes da Confederação. Isso não necessariamente indica uma mudança total de pensamentos políticos, porém, alguns benefícios foram obtidos com essa modificação de postura, possibilitando uma maior confiança de Pedro com relação ao grupo familiar.

Dentro desse processo, ao longo da década de 1820, conforme apontado por Paulo Cadena (2011) e Marcus Carvalho (2009), os Cavalcanti adotam uma postura independente com relação às ordens impostas pela corte do Rio de Janeiro. Essa atuação reflete a adoção, do que viria a ficar mais claro na década de 1830, de um projeto político para a família, que em certos momentos dialogava de maneira mais direta com a corte e em outras ocasiões se mantinha mais distanciada, priorizando a província de Pernambuco para se encaixar dentro da malha política. Com a entrada na relação com a corte, a família se dividiu em três caminhos para o funcionalismo público, alguns dos irmãos seguiram a carreira militar (Francisco de Paula Cavalcanti, Hollanda Cavalcanti, Manoel Francisco), outros seguiram a carreira jurídica (Pedro Francisco, Luís Francisco), além da candidatura para deputados provinciais e gerais, ocupando cadeiras das duas assembleias<sup>17</sup>. Nesse momento de transição, algumas alianças passam a ser traçadas, Araújo Lima (o futuro Marquês de Olinda) se torna um parceiro de ocasião, em muitos momentos se opondo, mas quando necessário, juntavam-se as forças para evitar avanços exaltados, republicanos ou que possivelmente pudessem prejudicar o poder dentro da província<sup>18</sup>.

Considerando a ascensão dos veículos de imprensa no período, conforme Marcelo Basile (2009) comenta, o período regencial foi responsável por fornecer maior visibilidade para veículos de informação, devido ao aumento das importações das tipografias e à ascensão política de novos grupos, novas propostas de discussões e, conseqüentemente, novas figuras dentro dos parlamentos. Nesse momento de ascensão, em que se apresenta um crescimento considerável de periódicos, esses passam a se apresentar em maior número nas províncias do Império<sup>19</sup>. As motivações são inúmeras e apontam novas perspectivas com relação à participação política. Marco Morel (2010) discute as transformações com relação aos espaços públicos e privados. Algumas modificações propiciam maior visibilidade e participação popular, em paralelo à formação de Sociedades Defensoras, Lojas maçônicas, Sociedades Auxiliares. Vale destacar o aumento, nesse período, dessas sociedades anônimas e, como Jeffrey Neddel (2009) e o próprio Marco Morel (2010) discutem, parte dessas

---

<sup>17</sup>CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque** (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011, p. 88-98.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>19</sup> BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 62.

sociedades anônimas não tiveram papel primordial no processo, mas sua atuação é destacável e pôde possibilitar alguns dos golpes políticos traçados ao longo do período regencial.

Dentro desse contexto de mudanças, vale salientar várias frustrações carregadas com relação à figura do Imperador e toda a sua comitiva. Pedro vinha de um desgaste após outorgar a constituição, em 1824. Com a derrubada da constituinte em 1823 e o surgimento do poder moderador, ao longo do seu reinado, o número de atitudes consideradas absolutistas por parte da oposição foi cada vez mais frequente, aumentando ainda mais os desgastes. Essa queda de popularidade do imperador veio somada à queda de prestígio da Monarquia e ao surgimento dos corcundas como figuras políticas bem marcantes nesse momento conturbado<sup>20</sup>, levando-se em conta que se tinha um cenário de ascensão de ideias liberais muito influenciadas pelos liberais clássicos e que estavam em pauta nas discussões políticas parlamentares. Aline Pinto Pereira (2010) destaca o artifício da retórica como uma grande ferramenta para a construção da imagem política e para a entrada nos espaços por meio da política do espetáculo, seja nos gabinetes imperiais ou até mesmo dentro da malha de poder do funcionalismo público. Dentro dessa dinâmica teatral, a retórica era um dos principais elementos para um parlamentar, que tinha em mãos para se firmar a competência de se expressar bem e se colocar de maneira articulada dentro do jogo político. Seguindo essa lógica de avanço da imprensa e dos periódicos, valorização das falas parlamentares, conseqüentemente muitas discussões e muitos termos passam a figurar dentro dos meios populares<sup>21</sup>. Isso significa tracejar que termos como pátria, cidadania, liberdade, etc., começam a ganhar visibilidade tanto nos espaços públicos quanto nos privados, incluída nessa lógica espacial de transição pertencente ao período, conforme destacado por Silvia Fonseca (2010), que reitera a expansão desses espaços de convivência, propiciando aumentos nas correspondências e maior velocidade nas conexões entre as demandas provinciais e da corte.

Hollanda Cavalcanti, terceiro filho do Coronel Suassuna, encaixa-se bem nessa relação de mudanças políticas e até mesmo com relação à sua imagem como parlamentar, que vai se modificando ao longo da década de 1830 e também em 1840, quando, mais experiente, já adotara uma postura diferente. Sua trajetória conforme indicada anteriormente seguiu a vertente militar, ao contrário de outros irmãos. Em 1816, Hollanda partia para o Rio de Janeiro, seguindo para o continente africano e permanecendo durante seis anos até retornar em 1824 para Pernambuco. Em Moçambique, junto ao seu tio José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (governador e

---

<sup>20</sup> FELDMAN, Ariel; SILVA, Luiz Geraldo Santos da. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). *Topoi*, v. 11, n° 21, p. 145, jul-dez. 2010.

<sup>21</sup> PEREIRA, Aline Pinto. Retórica e convencimento no Primeiro Reinado: a política como prática cidadã no Parlamento. In: LINGUAGENS e práticas da cidadania no século XIX. Ribeiro, Gladys Sabina; Ferreira, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. São Paulo: Alameda, 2010, p. 53.

capitão general de Moçambique), permaneceu na condição de ajudante. Ele retornou ao Rio de Janeiro em abril de 1819, sendo promovido ao posto de major. E, logo em seguida, em junho do mesmo ano, acabou sendo nomeado como lente do segundo ano na Escola Real de Pilotos, em Macau, devendo também servir no batalhão do Príncipe Regente. Nesse processo de relação com a Coroa portuguesa, Hollanda Cavalcanti pediu para retornar para Pernambuco em 1823, comandando tropas contra a Confederação do Equador.<sup>22</sup> Nesse período inicial, o comportamento independente em relação à Coroa permitiria aos Cavalcanti ter uma visão centralista em Pernambuco e ser federalista no Rio de Janeiro.

O Visconde de Albuquerque, retornando para Pernambuco definitivamente em 1824 e, por meio de cartas trocadas com os seus irmãos (Luiz Francisco e Manoel Francisco), fez algumas críticas à província de Pernambuco, já se comunicando para ocupar em conjunto alguns dos cargos oferecidos e se articular para o jogo político que estava por vir.<sup>23</sup> Considerando os caminhos para a política traçados, o primeiro momento de formação da Assembleia Geral em 1826, já tinha a presença de Hollanda Cavalcanti, que recentemente tinha retornado ao Brasil e compunha uma legislatura com mais um dos seus irmãos, nesse caso o Luiz Francisco. Nesse primeiro momento, conforme Paulo Cadena (2011), Hollanda Cavalcanti atuou de maneira intensa, fazendo parte da comissão de marinha, exigindo a impressão das atas da câmara para as províncias e a corte, o deputado discute apresentando os seguintes argumentos:

Senhor Presidente, eu acho de suma importância que os nossos trabalhos sejam conhecidos com a maior brevidade possível, não só na corte do Rio de Janeiro, mas também em todas as Províncias. Desgraçadamente anda a sua notícia mui demorada; e o que acontece é que um redator particular encarrega-se de apresentar ao público estes trabalhos, sem escrupulizar na sua exatidão quando de propósito faça aparecer cousas mui diversas das que aqui se passam: o Diário Fluminense meteu-se ultimamente nesta tarefa; este periódico não deve merecer nenhuma confiança; ele tem feito mais mal ao Brasil do que nenhum papel incendiário, pois que tem posto em desconfiança a todos os brasileiros; eu sou o primeiro desconfiado; eu receio que esse periódico nos queira desacreditar, e por isso se mete a publicar os nossos trabalhos, para os dar com pouca exatidão, e talvez introduzir dolorosamente cousas que aqui não se disserem: isto é certamente um grande mal, muita gente assina este Diário, e a maior parte dos que o leem, dão crédito ao que ele emite, como se fosse oficial.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque** (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011, p. 91.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>24</sup> ANNAES do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro ano da primeira legislatura. Sessão em 15 de junho de 1826. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874, p. 137-138.

Esse trecho do parlamento aponta algumas das principais discussões carregadas pela figura histórica estudada. Hollanda queria que a Câmara publicasse suas próprias atas, querendo transparecer maior confiabilidade ao que vinha sendo dito dentro das discussões e na formação das comissões. O deputado Bernardo Pereira dos Vasconcelos discordou do deputado, afirmando que aprovava as impressões dos diários e indicando que as atas não iriam apontar com clareza o que estava em pauta no momento. Seguindo a discussão, Hollanda rebate Vasconcelos a respeito dos taquígrafos, condenando-os por distorcer muito das suas falas e de outros colegas da câmara, dificultando a comunicação.<sup>25</sup> Nesse embate, que ainda apresenta uma réplica e tréplica do próprio Hollanda, já indica três parâmetros bem interessantes. O primeiro deles é o elemento da retórica como um facilitador não só da comunicação, mas como um elemento de imposição de opinião dentro de um espaço muito disputado. O segundo ponto está conectado justamente à preocupação com relação à vinculação dessas informações que eram repassadas para o grande público, que não necessariamente faziam parte do cotidiano da Câmara. E o terceiro ponto apresenta as próprias possibilidades da imprensa dentro desse contexto, no qual Hollanda discutia a parcialidade de colocação desses redatores, como a imagem poderia ser afetada por essas figuras.

Essa sua maneira de se portar e de se colocar frente às discussões na Câmara tem também reflexos até mesmo relacionados ao tratamento dado ao Imperador Pedro I. Uma das suas falas mais famosas nesse período, e que fora destacada por Marcus Carvalho (2009) e Paulo Cadena (2011), é o voto de graças considerado por Hollanda com relação às informações trazidas por Pedro relativas à conclusão de tratados, que continha as seguintes informações no projeto de graças:

A câmara dos deputados nos encarregou também de significar a Vossa Majestade Imperial que ela terá a mais completa satisfação, se nos tratados, que Vossa Majestade se dignou anunciar-lhe concluídos, e ratificados, encontrar não só justos argumentos da sua necessidade, como também de que a lei, a dignidade e os interesses do Brasil foram devidamente consultados.<sup>26</sup>

Hollanda, então, complementou nas emendas parlamentares do voto de graças, colocando o seguinte comentário:

Em lugar das palavras- terá a mais completa satisfação, etc.- se diga- tem o maior *pesar* de que os tratados concluídos não tenham sido levados ao conhecimento da assembleia geral, antes da sua ratificação.<sup>27</sup>

Essa declaração surpreende na maneira como Hollanda se coloca perante a figura do Imperador e, como Marcus Carvalho (2009) mesmo aponta, é uma emenda parlamentar bastante

<sup>25</sup> Ibidem, p.138.

<sup>26</sup> **Falas do Trono**. São Paulo: Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura, 1977, p. 109.

<sup>27</sup> Ibidem, p.112.



“atrevida”. O interessante desse momento é o caráter de atuação independente da família e, considerando a maneira como o próprio Hollanda Cavalcanti se portava como deputado, uma emenda provocativa a esse ponto tem certa coerência do que normalmente o parlamentar arriscou ao longo da sua vida política. Analisando esse tópico em específico, é perceptível o uso da ironia como uma das grandes ferramentas para elucidar parte dos discursos e até mesmo promover provocações, críticas e todo o tipo de elemento que possa chamar um pouco mais a atenção. Dentro dessa política bastante teatral por assim dizer, esses elementos se caracterizam muitas vezes como diferenciais para a figura que está em ascensão, José Murilo de Carvalho (2017) pontua a importância desses elementos dentro desse contexto.

Na eleição seguinte para a Assembleia geral, em 1829, Hollanda Cavalcanti foi mais uma vez eleito, totalizando 270 votos e junto com a sua aliança formada completa metade das cadeiras destinadas a Pernambuco na Assembleia. Nesse momento, Araújo Lima estabeleceu uma aliança com os Cavalcanti e, sendo o mais votado, demonstra o peso e a proporção que estava tomando o poderio da família dentro da província. Além disso, os próprios primos Rego Barros são figuras que compõem esse conjunto. Entretanto, essa eleição em 1829, conforme Marcus Carvalho (2002), escancara alguns problemas passados por Pedro e já comentados brevemente neste texto. A corte, junto aos Cavalcanti, não conseguiu articular uma aliança que evitasse a presença da oposição dentro da Assembleia. Posteriormente, Hollanda ainda ocupou a pasta ministerial da fazenda, seguindo, em 1831, mesmo com os processos de demissões. Porém, o que chama a atenção é o golpe tramado pelo próprio Hollanda Cavalcanti após a abdicação de Pedro, demonstrando dessa vez em vias práticas como se desdobrou as ações comandadas pelos Cavalcanti, de acordo com Cadena (2011):

Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque queria que a nova nação independente ocupasse o seu trono com uma princesa da dinastia Bragança, talvez D. Januária [...]. Pontos concordava com o plano de Hollanda, que pedia ao governo francês três ou quatro navios de guerra, quatro ou cinco mil soldados armados e duzentas mil libras esterlinas. Os separatistas dariam, em troca, o espaço das fronteiras da Guiana Francesa até o Rio Amazonas[...].<sup>28</sup>

O pedido fora negado por parte dos franceses, mas marca um período inicial bastante conturbado e de muitas disputas internas. A presença em sociedades secretas possibilitou de maneira consistente a trama de alguns desses golpes. E, conforme Marco Morel (2010) discorre, tramaram-se muitos golpes no que viria a se desdobrar como o período regencial. Hollanda, nesse momento, impõe-se como uma liderança política. Sua atuação na Câmara lhe rendera bastante respeito e, no

<sup>28</sup> CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011, p. 107.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p.110.

geral, era um ótimo estrategista, sempre dialogando com os seus irmãos mais novos para indicar quais atitudes poderiam ser tomadas<sup>29</sup>. É evidente que essa imagem para os oposicionistas tinha uma perspectiva bem diferente. O uso do termo arrogante era algo corriqueiro e se devia ao caráter bastante participativo e de muitas respostas provocada pelo Visconde de Albuquerque.

Comparando politicamente o período das regências, é possível dividir em três momentos, de certa forma distintos politicamente, mas que apresentam uma certa coesão com relação às pretensões. Inicialmente no processo de abdicação, considerado de certa forma revolucionário para época (alguns periódicos inclusive relatam o acontecimento com esse termo, mesmo que posteriormente isso seja questionado), tinham-se em mãos possibilidades muito fortes de crescimento dos ideais do federalismo, pautados principalmente pelos liberais moderados com uma relativa participação dos exaltados<sup>30</sup>. Posteriormente vai se abrindo espaço para o regresso que, no segundo momento, já apresentou um racha considerável do grupo considerado como liberal moderado e uma certa mudança muita brusca de alguns posicionamentos políticos, além de algumas indefinições com relação a algumas figuras que passam a compor as novas facções<sup>31</sup>. E, por último, a ascensão do Clube da maioria para traçar a queda do grupo político que estava começando a ser bastante questionado por parte da oposição. Vale salientar, especificamente, que Hollanda fez parte dos caramurus, ou seja, os restauradores inicialmente. Isso não necessariamente o encaixa em todas as propostas consideradas, levando em consideração que muitos dos interesses da Província eram pautas discutidas pelo deputado e seu clã familiar. Posteriormente, ao final da Regência, o Visconde de Albuquerque preencheu o setor dos grupos considerados do progresso, além de ser eleito para o senado.

Após o processo de abdicação, em 7 de abril, Hollanda novamente foi convidado para compor o ministério da Fazenda, porém, nesse momento, ele acabou se negando a ocupar a pasta, conforme o que Paulo Cadena (2011) aponta nas correspondências ter sido uma escolha do grupo em si. A estratégia adotada ao longo do período Regencial fora de oposição aos grupos políticos que estavam em sua maioria dominando a corte e, nessa época, em 1832, os caramurus estavam sendo “esfacelados” pela Regência. O interessante é que Hollanda não tinha muitas pretensões em assumir o Ministério, além de tratar com certa indiferença Aureliano de Sousa Coutinho, que era o atual Ministro do Império.<sup>32</sup> Nesse momento, o contexto político não estava beneficiando os Cavalcanti,

---

<sup>30</sup> NEEDELL, Jeffrey D. **Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857**. Almanack Braziliense, São Paulo, n° 10, p. 8.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>32</sup> CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011, p. 111.

os moderados entraram em ascensão e, dentro dessa expansão da facção política, a figura de Diogo Antônio Feijó foi uma das grandes esperanças de liderança<sup>33</sup>. Os Cavalcanti não se encaixaram como maioria parlamentar e passaram a disputar espaços, questionando algumas dessas políticas moderadas, como o próprio Ato Adicional por exemplo, bastante criticado por Holanda:

Diria que não tinha esperanças mui lisonjeiras do bom resultado destas reformas: talvez o resultado não fosse aquele que o Brasil deveria desejar, mas fosse como fosse, cumpria que cada um fizesse o seu dever embora fossem arrastados aos mares do abismo, a que seja levado o Brasil.<sup>34</sup>

Mesmo com todas essas considerações, o projeto foi aprovado em agosto de 1834, passando pela Câmara, e promoveu algumas modificações consideráveis. A eleição para o regente passou a ser de um único candidato, ocorrendo a criação das Assembleias Legislativas nas províncias, sendo responsáveis pela discussão de uma série de assuntos, englobando questões administrativas, jurídicas e eclesiásticas. A eventual descentralização com a política, provocou maior autonomia provincial<sup>35</sup>. Ao longo dos periódicos e nos Anais parlamentares, é perceptível a descrição de longos discursos e em certos momentos, os redatores indicam possíveis risadas de quem acompanhava a fala de Holanda Cavalcanti<sup>36</sup>. Em situações anteriores, a promulgação do Ato Adicional, em junho de 1834, a Câmara insistentemente tentava discutir o papel de José Bonifácio como tutor de D. Pedro II. José Bonifácio, na época, não tinha tanto prestígio em relação a uma parcela considerável dos moderados, inclusive Feijó, que carregava uma antipatia de longa data com os Andradas<sup>37</sup>. Porém, Antônio Francisco discordava, apontando os seguintes termos:

O Sr. Holanda Cavalcanti falando nesta questão lembrou, que era a obrigação da Camera no principio de sua Sessão observar se a Constituição for executada, isto segundo o Artigo 163 de mesma Constituição; e combateu a resolução defendendo o Tutor, José Bonifácio de Andrade, allegando que elle não podia ser removido pelo Governo, porque se devia ter attendido a sua dignidade de Deputado.

Esta discussão ficou adiada pela hora.<sup>38</sup>

---

<sup>33</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Universidade de São Paulo, 1988, p. 121.

<sup>34</sup> ANNAES do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados. Primeiro ano da terceira legislatura. Sessão em 1834. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia H. Pinto, 1879, p. 141.

<sup>35</sup> CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana”, 1831 – 1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Dispersão e unidade**: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, volume 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985, p. 29.

<sup>36</sup> CASCUDO, Luiz da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 150.

<sup>37</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Universidade de São Paulo, 1988, p. 199.

<sup>38</sup> Hemeroteca Nacional. **Jornal do Commercio**, ed. 00123, 3 jun. 1834.

Mesmo com essa comoção por parte da oposição, o período era mais favorável aos liberais moderados, indicando disputas sob todos os âmbitos. Seja quais fossem as decisões na Assembleia Geral, o cenário era de muitas discussões e longos discursos. José Bonifácio acabou sendo retirado da tutoria do jovem Pedro, e 1835 já fervilhava um cenário bastante polarizado. A figura de Feijó ganhou certa popularidade, pela sua atuação como ministro da justiça, alguém que era visto como uma pessoa simples e com rédeas curtas para tomar decisões. Porém, existiam muitos outros que poderiam se candidatar para a legislatura. Em ambas as facções, as possibilidades eram amplas. Como não existira unanimidade com relação à escolha do candidato, as eleições para o regente uno foram as mais disputadas, se comparadas ao segundo momento.<sup>39</sup> Enquanto na corte os nomes ainda pareciam incertos, em Pernambuco a primeira eleição da Assembleia provincial já provocou muitas discussões e ganhou a imprensa com a denúncia de que teria sido uma eleição fraudulenta. De qualquer forma, os irmãos Pedro Francisco e Francisco de Paula estavam entre os mais votados. A lista ainda contou com Luiz Francisco que, anteriormente, por causa das denúncias e da divulgação na imprensa, não estava entre os deputados eleitos.<sup>40</sup> Os moderados iniciaram o processo de desagregação, dividindo-se com relação à escolha do possível candidato. Feijó não era uma opção de Vasconcellos nem de outros moderados, como o próprio Luiz Cavalcanti, enquanto que o padre de Itu tinha adesão muito grande do amigo próximo e moderado Evaristo da Veiga<sup>41</sup>. Os eleitores deveriam selecionar dois candidatos e, com a definição de Feijó, instaurou-se uma dúvida muito grande em quem poderia ser o seu maior adversário. Luiz Francisco era um nome forte, assim como o próprio Hollanda. Definido como o mais brilhante dos irmãos, Luiz Francisco não tinha uma atuação tão enérgica quanto o seu irmão, que talvez possa ter pesado para se considerar o Visconde de Albuquerque como o principal adversário. Definido os nomes, os embates nos periódicos se iniciam. A sessão de correspondências trazia os principais apoiadores e também os críticos, como por exemplo no *Jornal do Commercio*:

Snr. Redactor,

Como tenho de concorrer com o meu voto para a eleição do regente do Imperio, foi com grande prazer que vi o artigo – Interior – da Aurora de 6 do concorrente; e desejando bem esclarecer –me sobre os motivos, que n'esse artigo se allegão para não conveniencia do candidato Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, nobre Deputado pela Provincia de Pernambuco, vou por via do seu Jornal pedir ao Sr. Redactor da Aurora os seguintes esclarecimentos.

1. Se o *desembaraço e soltura*, de que ainda não tínhamos exemplo na nossa historia electiva, com que he inculcado o nome do nobre Deputado de Pernambuco, depoem contra os amigos, e homens de certas crenças politicas, que julgão ao

---

<sup>39</sup> CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011, p. 124.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 124.

Sr. Hollanda Cavalcanti a pessoa mais idô e a para bem desempenhar as funcções de Regente do Brazil?

2. Se conforme os quesitos exigidos no mesmo artigo para o homem que tem, por quatro anos, de achar-se na suprema direcção dos negocios publicos, o quesito geral do Brazileirismo, he contrario, ou mesmo diverso, da qualificação de reconhecida sympathia e afferro ás instituições que regem o paiz? E se essa sympathia afferro ás instituições que regem o paiz deve ser reconhecida em quem se inculca de a ter, ou em quem constantemente por factos tiver provado, que religiosamente obedece á vontade nacional manifestada pelos orgãos competentes; sem embargo de confessar-se vencido adopção dessa mesma vontade?
3. Se os homens a quem póde lembrar seriamente a conveniencia da condidatura do Sr. Hollanda para o cargo de Regente deverão julgar do comportamento desse honrado Deputado na Camara pela opinião do Sr. Redactor da Aurora, ou pelo juizo que cada hum tiver feito? Se essas pessoas, que se não levão pela opinião do Sr. Redactor, não têm discernimento; se são menos interessadas do que poderia ser o Sr. Redactor pelo bem de seu paiz; e se he por todos esses defeitos, que os comprovincianos do Sr. Hollanda Cavalcanti o têm constantemente escolhido para Representante da Nação, e se affirma, que o preferem para regente a outros em que alias também reconhecem acrisolado patriolismo?
4. Se com a retirada do Sr. Hollanda da administração do Sr. D. Pedro I, seria corrigido qualquer mal que se presumisse, quando por fatalismo ou por imprevidencia fosse o Sr. D. Predor levado a procurar o paiz que lhe deu o berço, e aonde o chamava a sua estrella para ali praticar os altos feitos que a importalisarão?
5. Se as palavras – *quem os elevou, que os sustente* – attribuidas ao Sr. Hollanda Cavalcanti, podem ser entendidas no sentido que inculca o Sr. Redactor da Aurora, á vista do que se testemunhou do dito Sr. Hollanda no dia 30 de julho, e seguintes, em 1832? E quem foi então que arrebatado por gênio, respirando só indignação e vingança, fez resoar na tribuna, e fóra della, palavras acerca da Regencia irresponsável?

Eis os esclarecimentos que, á vista do artigo da Aurora, deseja.

*Hum Eleitor.*<sup>42</sup>

Esse trecho aponta questionamentos ao redator acerca das opiniões traçadas e demonstra como o eleitorado andara ativo nesse período. Um dos principais questionamentos era o caráter patriótico e como o próprio Hollanda se comportava na Câmara dos deputados. As críticas seguem sobre o ocorrido após o processo de abdicação, em que o deputado tentou tramar um golpe, em parceria com as tropas francesas, para promover a separação das províncias do Norte com a região da corte. Essa parte do texto é muito interessante por trazer algumas das principais dúvidas com relação à postura do Visconde de Albuquerque. Será que ele teria pulso firme para resolver as questões separatistas? De que forma seu caráter opositor e bastante provocativo poderia beneficiar

<sup>42</sup> Hemeroteca Nacional. *Jornal do Commercio*, ed. 00054, 9 mar. 1835.

a Regência? Eram questionamentos válidos e, considerando esse período, o principal objetivo era levar em consideração para a veiculação nos periódicos textos que trouxessem essas críticas mais pessoais, como por exemplo no *Diário de Pernambuco*, que apresenta algumas para Diogo Feijó:

Quem conheceu o Homem de Itu, quando manejando as rédeas governativas, e que parecia levantado de rojo adiante do braço hercúleo e despótico, com o qual pretendia sustentar o Trono do Snr. D. Pedro 2º, como se para isso fora necessário outro gigante poderoso, que aquele que formam os Brasileiros por suas simpatias para com o Jovem Monarca, e interesses gerais pela felicidade comum: e quem conhece hoje o mesmo homem escrevendo o Justiceiro em S. Paulo!!! Em outro tempo convinha à moderação que o Ituano, se mostrasse monarquista forte mas hoje que as coisas estarão talvez melhor aparelhadas para os fins democráticos convém o mesmo Ituano redigindo o Justiceiro neste sentido. E se pois uma tal mudança não pode derivar desse princípio, queremos dizer, de acordo comum da Moderação, uma outra causa terá feito a metamorfose política no decantado Homem de Itu; e se bem julgarmos, ela só pode partir do desejo de alçar o Mando Supremo durante o período quatrienal, ou mais ainda.<sup>43</sup>

O *Diário de Pernambuco* trazia muitas críticas a figura de Feijó, principalmente à sua atuação durante o período que foi Ministro da Justiça, bastante marcante para a sua trajetória política. Feijó ficou marcado por alguns grupos oposicionistas pelo seu caráter punitivo, e por não abrir espaço para negociações com relação aos movimentos federalistas presentes no início do período regencial. Outro tópico de destaque dentro desse trecho do *Diário* é a maneira como a imagem de Feijó estava se associando, mesmo que a sua atuação no Ministério da Justiça tivesse controvérsias, ou seja, existia um certo debate com relação a maneira como ele atuou. O principal foco nesse momento era perpetuar a imagem de que o padre de Itu não era mais o mesmo, comparado ao início da Regência, que não tinha mais pulso para agir e isso se comentava com base no periódico *O Justiceiro*, que pertencia a Feijó. Diferentemente de Holanda, do qual se duvidava das capacidades como regente, no caso de Feijó as críticas possivelmente tinham como objetivo traçar o ideal de um político decadente, ultrapassado, que não trabalharia mais da mesma maneira em que tinha se lançado politicamente. Em outro parágrafo do mesmo *Diário de Pernambuco*, alguns elogios foram feitos à candidatura “holandesa”:

Eleitores! Nem esse do Itu, e nem outros como ele: elegei para Regente a um homem já conhecido por seus merecimentos cívicos, e que tenha já dado provas de seus bons serviços. Nós vos podíamos indicar um cidadão honrado, que havendo ocupado o mais elevado cargo de uma das repartições do Estado, a última importante, e aonde muitos outros se tem locupletado, este o desempenhou tão dignamente, e de tal modo, que seus mesmos adversários não se atrevem toca-lo nesta parte, e apenas quando muito, o acometem como Orador na Tribuna por debelas os maus funcionários públicos, a quem dirige a mais crua guerra; com os que lhe tecem novas coroas cívicas. Mas nós não o

<sup>43</sup> APEJE. *Diário de Pernambuco*, 3 abr. 1835.

indicamos pelo seu nome: seu mesmo merecimento o apresentará a vossos olhos. Não nos assemelhamos aos homens da moderação, que recebendo a lei de um ordinário Tartufo, segue a olhos fechados quando lhe ordena o fofo charlatão Sancho Pança: não, outros sentimentos se nutrem em nós.<sup>44</sup>

Dentro dessas disputas acirradas existiam ainda questionamentos sobre o caráter reformista dos candidatos, questão considerada de muita importância, dada a dimensão política em que a Regência estava caminhando. Esses questionamentos, em relação aos dois candidatos mais contados e que mais apareciam nos periódicos, também eram realizados com o objetivo de associar a figura parlamentar ao caráter de um liberal exaltado, conectando-se de maneira pejorativa. Ao longo de 1835 foram trazidos os resultados eleitorais das eleições que se iniciaram em abril e só foram finalizadas em outubro. A contagem de votos final apontou 2.826 votos para Diogo Antônio Feijó, e Holanda Cavalcanti foi o segundo colocado com 2.251 votos<sup>45</sup>. Paulo Pereira de Castro (1985) aponta que, geograficamente, os dois candidatos mais votados se estabeleceram em regiões diferentes, com Feijó se destacando no interior e vencendo em Minas Gerais, que tinha um dos maiores pleitos, enquanto que o Visconde de Albuquerque teria vencido em Santa Catarina, Rio de Janeiro e na faixa litorânea que compreende o Atlântico.

Logo após a eleição de Diogo Feijó, Holanda se distanciara do padre e ia se tornando um dos seus mais ferrenhos opositores. Levando em consideração todo o seu histórico parlamentar até o momento, fazia sentido particularmente para a sua figura se colocar como um opositor ao governo Feijó. Isso possibilita destacar como ainda as facções políticas estavam em formação, a ideia de um partido com organização ideológica e programa de governo ainda não se apresentava nesse momento, que tem em comum a circularidade dos próprios parlamentares dentro dessas facções e ao mesmo tempo até rachas muitos significativos dentro desses grandes grupos<sup>46</sup>, como ocorrera durante a eleição do padre do Itu para a Regência.

A partir desse aspecto, a figura de Feijó passava a ser associada à imagem de grande vilão, politicamente, e, conforme Octávio Tarquínio de Souza (1988), o padre apresentava bastante pessimismo com relação aos destinos do império, e não carregava muito entusiasmo para lidar com a oposição forte dentro da Câmara. Essa falta de articulação política começou a isolar o regente

---

<sup>44</sup> APEJE. *Diário de Pernambuco*, 3 abr. 1835.

<sup>45</sup> CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011, p. 130.

<sup>46</sup> MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2010, p. 62.

que, em 1837, vinha sendo bombardeado por todos os lados, inclusive pela imprensa por meio do periódico *O Echo da Religião e do Império*, como destacado por Cadena (2011).

Luís da Câmara Cascudo (1938) destaca que nesse momento o parlamentar perdera um pouco do prestígio que tinha obtido nos últimos anos e não era uma figura tão central, porém, conservava uma das suas principais características. Os discursos permaneciam como principal ferramenta do parlamentar, que nesse ponto de vista ainda arrancava muitas risadas da Assembleia geral e até mesmo aplausos. De acordo com Paulo Cadena (2011) “a postura firme e bronca atacava diretamente os adversários”. E isso pôde ser testado na eleição para o Senado em 1837 que, após o falecimento de Bento Barroso Pereira, Hollanda iria disputar o pleito contra Araújo Lima e o seu irmão Francisco de Paula. Mesmo sendo o mais votado na lista tríplice da eleição, o Marquês de Olinda acabou sendo escolhido por Feijó para ocupar a cadeira senatorial, frustrando os planos dos Cavalcanti. Possivelmente, como apontam Cascudo e Cadena, essa derrota foi muito associada ao caráter de oposição marcante de Hollanda, que o afastou da escolha do então regente no período. Logo em seguida, após a abdicação do padre de Itu e a colocação da Regência de maneira interina nas mãos do Marquês de Olinda, Hollanda estava cada vez mais distante da eleição regencial.

Nesse momento, de acordo com Marcelo Basile (2009), as facções políticas se modificam, entrando em cena o progresso, núcleo do futuro partido liberal, e o regresso, núcleo do futuro partido conservador. Alguns dos ex-moderados, partidários caramurus e novas figuras políticas que não faziam parte das disputas parlamentares formavam o regresso, enquanto o conjunto dos deputados do progresso também era formado por ex-moderados que apoiavam maiores reformas, além de alguns exaltados e caramurus. Hollanda Cavalcanti nesse momento fazia parte do progresso, com os seus irmãos relacionados aos regressistas. Essa estratégia de poder tinha como objetivo se manter e ao mesmo tempo fornecer maior estabilidade política seja quais fossem os grupos predominantes, questão muito bem destacada por Cadena, Marcus Carvalho, Bruno Câmara e Amaro Quintas. Araújo Lima com o objetivo de afastar ainda mais Hollanda do poder, retira o seu irmão da presidência da província e entra em cena o primo dos Cavalcanti, Francisco do Rego Barros. É nesse momento que se apresenta o auge político do clã Cavalcanti sobre Pernambuco, o domínio da família prepondera.

Uma discussão muito marcante nesse momento é a realização ou não de eleições para regente. Nesse momento Araújo Lima é a principal figura política e tem maior apoio por parte da facção política de predomínio dentro da Câmara. Hollanda Cavalcanti, de acordo com Paulo Pereira de Castro (1835) ainda tinha muitos votos das eleições anteriores e apresentava um certo prestígio pela sua caminhada política, a propaganda nesse momento poderia lhe proporcionar mais alguns



votos. De fato, o processo de isolamento do parlamentar foi construído a partir da ascensão do regresso. Porém, o interessante em se analisar essa discussão é o caráter da propaganda como um elemento importante politicamente. Considerando o processo de construção da imagem de Hollanda Cavalcanti ao longo da década de 1820 e de 1830, é perceptível a participação dentro dos elementos midiáticos e como esse processo foi importante para essa segunda eleição, considerando a sua diminuição de domínio político. Em janeiro de 1838, mais uma eleição para o Senado é realizada em virtude do falecimento de José Joaquim de Carvalho. Mais uma vez, o Visconde de Albuquerque se candidata, porém, a lista tríplice demonstrara que ele estava na segunda posição, sendo o mais votado Antônio Joaquim de Mello. Apesar disso, Araújo Lima opta por escolher Hollanda Cavalcanti para ocupar a vaga no Senado.

A eleição para o novo regente em 1838 trazia o nome de possíveis 21 candidatos, se destacando novamente a figura de Hollanda Cavalcanti e Araújo Lima como possível candidato para ser eleito. Pedro nesse momento começa a ser lembrado e aponta o início de movimentos que exigiam a chegada do novo imperador ao poder, que ainda era muito jovem, mas já despertava a atenção de alguns políticos e redatores favoráveis a chegada de D. Pedro II<sup>47</sup>. O *Jornal do Commercio* emitiu um comunicado na época bem interessante e que elucidou uma disputa implacável entre os periódicos da época:

Approxima-se o dia da eleição do Regente, e os jornaes da côrte, que por tanto tempo estiverão silenciosos a este respeito, principião a usar das suas armas para inculcar, ou desviar este ou aquelle, segundo suas affeições. He, na verdade, sempre incerta a sorte das eleições, ainda quando tem sido as melhores calculadas; mas se alguma vez as probabilidades se approximão a hum grão de certeza, he na presente eleição que se pôde ajuizar quem será o escolhido.

Dous são os candidatos que se apresentam; o Sr. Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti, e o Sr. Pedro de Araujo lima.

Na anterior eleição do Regente, sabe todo mundo que os candidatos de maior nomeada forão o Sr. Diogo Antonio Feijó e o Sr. Hollanda Cavalcanti. Depois destes, os que mais se insinuárão forão os Srs. Costa Carvalho, Araujo Lima, Francisco Lima, Paes de Andrade e Bernardo Pereira de Vasconcellos. Sabe-se tambem que o Sr. Hollanda Cavalcanti teve por si a maioria de votos por provincias; mas os eleitores de Minas, sendo em grande numero, fizerão pender a balança para o Sr. Feijó; tendo este a seu favor 2826 votos, e aquelle 2251. Dizia-se que o Sr. Feijó se recusava a aceitar a regencia: em tal caso, ou por qualquer incidente porque elle deixasse de ser o Regente, era o Sr. Hollanda Cavalcanti o escolhido para esse tão imminente lugar. O Sr. Feijó, porém aceitou a regencia, e tendo occupado o tempo de pôde, não chegou a completar o quadriennopara que fôra eleito. Os eleitores são outra vez chamados para eleger quem reja o imperio: elles pronunciarão-se já decididamente pelo Sr. Hollanda Cavalcanti; e o que resta para elle ser eleito he que chegue o dia da eleição e que

---

<sup>47</sup> CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011, p. 149.

os eleitores (o quenão he de presumir) não queirão ser contraditorios. Possivel era que outros candidatos se apresentassem hoje, que merecessem mais confiança dos que, em nome da nação, tem de eleger o Regente: mas he o que não ha; e o Sr. Araujo lima, o único que comprete com o Sr. Hollanda Cavalcanti, vio já na eleição passada que os suffragios a seu favor apenas chearão a 760, ainda menos do que teve o Sr. Costa Carvalho.<sup>48</sup>

O jornal aponta uma possível eleição favorável para Hollanda Cavalcanti, tentando apontar algumas probabilidades para tal feito. O interessante desse comunicado é que provocou uma comoção muito grande em relação ao *Jornal do Commercio*, que passou a receber uma série de respostas por conta dessa publicação. O próprio redator acabou se posicionando e o setor de correspondências, nesse momento, também foi alimentado com críticas ao que tinha chegado. Em números seguintes foi emitido mais um comunicado tentando retratar as informações passadas:

O artigo inserido no *Jornal do Commercio* de sabbado passado, n. 62, sobre a eleição de Regente, não devia merecer tanto a pena de ser respondido pelo autor do communicado inserto no mesmo *Jornal do Commercio* de 24 do corrente; visto ser, em sua opinião, aquelle artigo escripto como se tivesse por fim affastar da eleição o Sr. Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti; como o que devia estar muito satisfeito. Mas ele quis dar-se ao trabalho de refutar o que al se disse, e o fez, como era de esperar.

Acha o autor do communicado inexacto o dizer-se naquelle artigo que os candidatos á regencia são o Sr. Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti e o Sr. Pedro de Araujo Lima; e diz que, além dos dous nomeados, há ainda o Sr. Feijó, e os Srs. Costa Carvalho, Francisco de Lima, Antonio Carlos e Aureliano.

Não admira huma inexactidão destas, quando he isso o que se tem dito geralmente, e o que alguns jornaes, inclusivamente *L'Echo Français*, que por ser estrangeiro, não deixa de saber o que se passa no paiz, tem espalhado. Fique, pois, corrigdo o artigo com a informação que nos dá o autor do communicado; e he com ella que vamos mostrar que na concurrencia de todos esses candidatos nenhum probabilidade ha que seja o Sr. Pedro de Araujo eleito Regente, mas sim o SR. Hollanda de Cavalcanti.<sup>49</sup>

É interessante reparar que alguns periódicos estavam tentando manter um posicionamento mais amadurecido com relação ao pleito eleitoral, na tentativa de se colocar de maneira mais amena com relação as disputas na eleição de 1835. Até por ser um ambiente de menor polarização, algumas opiniões ficaram em cima do muro com relação as duas principais figuras. O *Diário de Pernambuco* era um dos periódicos que não optou em fazer propaganda para nenhum dos candidatos, de acordo com Paulo Cadena (2011), ficara difícil escolher entre dois pernambucanos, conforme o registro no dia 18 de abril:

<sup>48</sup> Hemeroteca Nacional. *Jornal do Commercio*, ed. 00062, 17 mar. 1838.

<sup>49</sup> Hemeroteca Nacional. *Jornal do Commercio*, ed. 00069, 27 mar. 1838.

Três campeadores se tem apresentado na arena eleitoral para disputar o triunfo da regência, o P. B. no 7 de Abril para o Exm. Sr. Araújo Lima, a Novidade por si mesmo para o Exm. Sr. H. Cavalcante e o Mudestus que já se calou talvez por alguma transação, para um encoberto (que decerto não era o Rei Sebastião). São pois como é sabido dois só os Candidatos que reúnem a atenção pública os Snrs. A. Lima, e H. Cavalcante o Senhor Antônio Carlos apareceu no Oceano, mas parece que já a tempo de não poder tomar porto. Ora, agora sobre a preferência dos dois ilustres Candidatos exigiram o nosso parecer? Para que? Inútil e muito inútil é na verdade uma explicação nossa na discussão de importante negócio que talvez esteja hoje mesmo já decidido, e quando não esteja, julgamos muito mais prudente deixar a sorte fazer a preferência.<sup>50</sup>

Enquanto o *Diário de Pernambuco* não se posicionara publicamente, um dos periódicos que de fato entraram em embates com Hollanda Cavalcanti foi o *Sete D’Abril*. Ele foi o responsável pela enumeração de 11 motivos para um regente e encontrava todas essas qualificações no então regente interino, o Marquês de Olinda:

1º Nascimento no Brasil, 2º Ilustração, 3º Conhecimento da índole e do sistema representativo, 4º Firmeza de caráter, 5º Independência, 6º Experiência dos negócios públicos, 7º Aferro às instituições do país, 8º O não ter tomado parte ativa em nenhum partido, 9º Nascimento, 10º Consideração, 11º Nem progressista, nem regressista.<sup>51</sup>

A publicação teve repercussão e, conforme Paulo Cadena aponta, Hollanda Cavalcanti, em 1837, discutindo sobre a liberdade da imprensa, já indicava suas antipatias com o *Sete D’Abril*, uma questão que aparentava ter sido levada para questões pessoais:

Enfim, eu não posso ter confiança alguma no *Sete de Abril*, todavia respondam-me – pequeno serviço faz o *Sete de Abril* presentemente? – Falemos com sinceridade, senhores, onde é que se vê alguma cousa, algum interesse pela causa política?... Não digo que nos outros jornais também não venha... É também verdade que no *Sete de Abril* se contém muitas cousas contra a vida privada, muitas cousas imorais [...].<sup>52</sup>

O jornal com ampla circularidade ainda fez uma série de publicações questionando a figura do parlamentar, apontando de maneira direta o interesse em Araújo Lima. Uma discussão bem relevante é a maneira como Hollanda é retratado até pelos jornais opositores à sua candidatura. Mesmo perdendo espaço, ainda se colocava a sua figura como o principal adversário. Em muitos momentos de indecisão dentro dos periódicos, a comparação com a eleição passada também é válida, demonstrando os opositores que o Marquês de Olinda é um adversário muito mais bem

<sup>50</sup> LAPEH. *Diário de Pernambuco*, 18 abr. 1838.

<sup>51</sup> LAPEH. *Diário de Pernambuco*, 3 abr. 1838.

<sup>52</sup> ANNAES do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados. Quarto ano da terceira legislatura. Sessão em 1837. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia Viúva Pinto & Filho, 1887, p.273.

preparado que Feijó e que dessa vez Holanda não obteria a mínima chance. As publicações prosseguem em momentos próximos da realização da eleição e, após o processo de votação, iniciam-se as discussões a respeito da apuração do próximo regente. Ao total, em outubro de 1838, Araújo Lima confirma seu favoritismo com 4.308 vencendo seu concorrente direto, Holanda Cavalcanti que obteve 1.981 votos.<sup>53</sup> Os outros candidatos não chegaram nem em 1.000 votos, demonstrando a distância estabelecida entre os dois principais candidatos. A soma de votos de Holanda foi bem considerável e atingiu números próximos do que tinha sido obtido na sua primeira candidatura em 1835. O resultado final aponta uma série de possibilidades do político pernambucano, que de fato não era o favorito, mas possuía uma propaganda muito forte, sendo sempre lembrado por alguns jornais, além de manter uma postura de muito embate dentro dos parlamentos. Em Pernambuco conseguiu vencer o Marquês de Olinda, assim como em Santa Catarina.

Ao longo do processo de construção da imagem de um político no Império Brasileiro, na primeira metade do século XIX, é bastante perceptível a atuação da imprensa como um elemento em construção, mas que inicia uma série de debates com relação à própria imagem desses parlamentares e como eles se colocariam mediante as principais discussões políticas. Holanda Cavalcanti é um personagem histórico muito interessante para avaliar essa relação e apontar possíveis caminhos adotados pelos veículos de informação e como essas escolhas fizeram parte também do próprio jogo político, indicando possíveis vencedores, além de se posicionar sobre os candidatos, seguindo um caráter mais crítico ou mais ameno a partir da escolha selecionada.

## “MR. HOLANDA CAVALCANTI”: THE DISCURSIVE REPRESENTATION IN THE REGENCY ELECTIONS

### **Abstract:**

The Regency had always been seen by more traditional historiography as a time of many disturbances to order and excessive political disagreements that provoked the popular uprisings. Marcello Basile, in a more contemporary approach, believes that was a time of more incisive participation of the political classes, with experiments similar to what would be obtained in the formation of the Republic in the late nineteenth century. According to Paulo Cadena, Antonio de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, also known as Viscount of Albuquerque or Holanda Cavalcanti, ran for the leadership of the Regency in two consecutive elections, obtaining a considerable percentage of votes, with defeats in different contexts for Araújo Lima and Diogo Feijó. His numbers are very expressive and besides proving the capacity of maintaining in the power of the Cavalcanti family, always adapting itself to the opposition groups, also presents a very

---

<sup>53</sup> CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado**: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Recife: O autor, 2011, p. 158.

important and personal characteristic of Hollanda. His ability to speak frequently in the Senate and in the Chamber of Deputies, his positions and good articulation are important points to be analyzed in the periodicals, which record directly or indirectly this political figure from Pernambuco. Although political parties still don't operate according to the Second Reign, and the electoral process operates within a fraudulent structure. Elections gain new dimensions of contention, speeches in parliament coupled with appearances in journals could influence results and promote tensions between political groups. Based on the articulations established by Hollanda Cavalcanti, this article aims to delineate rhetorical paths followed by the candidate within the electoral dynamics.

**Keywords:** Political articulation. Positioning. Viscount of Albuquerque. Speech. Elections.

## REFERÊNCIAS

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844)**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus J.M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824. *In*: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, v. 18, nº 36, 1998.

\_\_\_\_\_, Marcus J. M. de. “Aí vem o Capitão-Mor”: as eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil imperial. *In*: **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 13, julho, 2002.

\_\_\_\_\_, Marcus J.M. de. Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848). *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana”, 1831-1840. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Dispersão e unidade: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, volume 4**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

FELDMAN, Ariel; SILVA, Luiz Geraldo Santos da. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). **Topoi**, v. 11, nº 21, jul-dez. 2010

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. Contribuição para o estudo da imprensa federalista e republicana no Império do Brasil: Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia (1820-1840). *In*:

**Linguagens e práticas da cidadania no século XIX.** Ribeiro, Gladys Sabina; Ferreira, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Orgs.). São Paulo: Alameda, 2010.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HERSCHMANN, Micael; GOULART, Ana Paula. História da comunicação no Brasil: um campo em construção. *In: Comunicação e história: interfaces e novas abordagens.* HERSCHMANN, Micael; GOULART, Ana Paula (org.) Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O império em construção: Primeiro Reinado e Regência.** São Paulo: Atual, 2000.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840).** São Paulo: Hucitec, 2010.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NEEDELL, Jeffrey D. **Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857.** Almanack Braziliense, São Paulo, n° 10.

PEREIRA, Aline Pinto. Retórica e convencimento no Primeiro Reinado: a política como prática cidadã no Parlamento. *In: Linguagens e práticas da cidadania no século XIX.* Ribeiro, Gladys Sabina; Ferreira, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. São Paulo: Alameda, 2010.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó.** Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Universidade de São Paulo, 1988.

QUINTAS, Amaro. O sentido social da Revolução Praieira. *In: Amaro Quintas – o historiador da liberdade.* Recife: CEPE, 2011.